

Reestruturação produtiva sob a forma da produção flexível: forma extrema de Revolução Passiva

Cristhian Dany de Lima¹

RESUMO

Partimos da concepção de que, se a hegemonia nasce na fábrica, ela absolutamente não se esgota nela. Para tornarem-se hegemonia, os valores e ideais que emergem da produção precisam articular-se sob a forma de um discurso coerente acerca do mundo, precisam dar origem a uma teoria total acerca das relações humanas; imbricar-se no cotidiano dos trabalhadores; universalizar uma visão de mundo, um projeto de classe (ou de frações de uma classe social). É por isso que a reestruturação produtiva sem uma forma de gestão que estimule – coercitivamente ou não – o envolvimento e a participação dos assalariados tornam-se um mecanismo estéril do ponto de vista da reprodução ampliada do capital. Podemos, portanto, vislumbrar que o capital não prescinde da força de trabalho, tem, ao contrário, que a envolver, capturando-a e subalternizando-a.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva; hegemonia; centrais de teleatendimento.

Productive restructuring under the form of flexible production: extreme form of Passive Revolution

ABSTRACT

We come from the conception that if the hegemony is born in the factory, she absolutely doesn't become exhausted in her. To turn hegemony, the values and ideals that emerge of the production they need to articulate under the form of a coherent speech concerning the world, they need to give origin to a total theory concerning the human relationships. If in the daily of the workers. To universalize a world vision, a class (or of fractions of a social class) project. It is for that, the productive restructuring without an administration form that stimulates. Fiercely or not. The involvement and the salary earners participation ends for turning a sterile mechanism of the point of view of the enlarged reproduction of the capital. We can, therefore, have a glimpse that the capital does not abstract of the workforce, tends to the opposite that to involve her, capturing her and undermining it.

Keywords: Productive restructuring; hegemony; helpDesk.

Autor para correspondência: Cristhian Dany de Lima
Rodovia Geraldo Silva Nascimento, s/n, Zona Rural,
Urutaí, GO, Brasil

E-mail: cristhian.lima@ifgoiano.edu.br

Recebido em: 28 abr. 2015

Aceito em: 20 mai. 2015

Editor responsável: Prof. Me. Fábio Julio Fernandes,

¹Instituto Federal Goiano – Câmpus
Urutaí, GO, Brasil.

INTRODUÇÃO

As atuais relações de trabalho têm sofrido, nos últimos quatro decênios, um intenso processo de transformações, que, preservando os fundamentos capitalistas (processo de extração da mais-valia, produção de mercadorias, subalternidade do trabalho em relação ao capital), têm experienciado “novas” formas de gestão e planejamento, o que configura o espaço produtivo sob um “novo” paradigma que, se – em absoluto – não substitui o taylorismo-fordismo, o atualiza frente às necessidades e aos desafios colocados ao capital no crepúsculo do século XX. Entendemos o atual processo de reestruturação da produção e seus aparelhos privados de hegemonia como um novo estágio do aprofundamento da revolução passiva iniciada quando da constituição do americanismo. Como aquele, o atual estágio resulta das necessidades de reorganizar a hegemonia em face de alguns novos elementos, sob a pressão de novas contra tendências.

Depois de razoável estabilidade política, conquistada sob a vigência do binômio fordismo/*welfare state*, que propiciou relativa melhora no padrão de vida das classes trabalhadoras, ampliação do número de indivíduos com acesso a bens de consumo (consolidação do modo de vida americano), à construção do estado providência, ao oferecimento de serviços públicos gratuitos, à construção de legislação trabalhista e de uma rede de seguridade social, etc.; a hegemonia conquistada começa a encontrar ostensivas resistências.

Tal esgotamento expressa-se objetivamente na nova crise estrutural do capitalismo em face da saturação do padrão de consumo de bens duráveis; na redução do crescimento econômico; no crescimento – particularmente nos países centrais – da taxa de inflação; na intensificação do processo de mundialização do capital – agora em sua fase financeira, marcada por intensa inversão especulativa; na crise energética – em particular, o choque petrolífero; na alteração na estrutura da demanda e na redução do consumo; no aumento da concorrência intercapitalista; na intensificação do desemprego estrutural; no aumento da concentração de riqueza e, por consequência, da miséria e da exclusão em escala planetária –

afetando inclusive os países centrais etc.). Também manifesta-se subjetivamente, na resistência dos operários – manifesta ou latente – que cresce na mesma proporção em que a identificação entre Fordismo e exploração ganha ares de inevitabilidade. É assim que, como principal componente no processo de valorização do capital, a ação organizada por parte dos trabalhadores sempre representa ameaças e possibilidade de crises¹. Percebemos, pois, que a crise do Fordismo decorre do aprofundamento de tendências que, desde sua gênese, o caracterizavam, ainda que embrionariamente. Antítese do produtivismo, a crise apontava, ao mesmo tempo, os limites do Fordismo e a necessidade/possibilidade de reorganização da esfera produtiva, bem como de revitalização da ideologia que lhe empresta vigor e força, com vistas à manutenção, num novo patamar, da hegemonia burguesa.

Tudo isso ocorre num momento em que a crise econômica altera consideravelmente a face dos capitalistas contemporâneos. Falências, fusões, internacionalização da produção levam a graus cada vez mais intensos de concentração do capital. É necessário, pois, gerar um novo equilíbrio político. Tal necessidade está na origem, orienta e é reforçada pela nova estratégia de hegemonia então em gestação. É preciso repensar o espaço fabril, buscando eliminar a identificação entre trabalho especializado e exploração, entre sofrimento operário e acumulação burguesa. O problema é que, sob uma situação de crise, redução de investimentos e crescimento do capital especulativo, a manutenção de direitos trabalhistas, a existência de uma seguridade social e de serviços públicos universais consolidam-se como um obstáculo a ser superado. A necessária redução de custos – imperativo que resulta da crise da esfera produtiva – passa necessariamente pela redução de impostos sobre a produção e pela dilapidação das conquistas e dos direitos sociais constituindo-se, ainda, num vetor destrutivo da própria força de trabalho (Antunes, 1998, 2000; Bihl, 1998; Harvey, 1996; Kurz, 1992).

A propagandeada “cidadania burguesa” encontra-se numa fase acentuadamente regressiva, e isso corrói os fundamentos do consenso sobre o qual se fundava a hegemonia vigente até então. A rigidez e exploração fordistas, sem compensações

¹ “Greves selvagens e greves de operários não qualificados eclodem espontaneamente, muitas vezes à margem das iniciativas sindicais. Elas rompem a tradição reivindicativa e marcam a eclosão de temas novos: ‘mudar a vida’, palavra de ordem fundamentalmente original, dificilmente redutível, que mergulha o patronato e o Estado

numa verdadeira confusão, pelo menos até a atual crise econômica, que tende a atenuar as reivindicações qualitativas (...) Palavras de ordem como ‘abaixo as cadências infernais’, ‘abaixo a separação do trabalho intelectual e manual’, ‘mudar a vida’ atacam diretamente a organização do trabalho”. (Dejours, 1987)

materiais e subjetivas, não se sustentam. Novos atritos têm lugar na fábrica, intensifica-se a luta de classes. Ao mesmo tempo em que a liberalização da estrutura estatal abre fissuras na hegemonia burguesa, pois desmantela um de seus principais elementos justificadores, leva ao enfraquecimento de um dos seus basilares aparelhos de hegemonia.

Em consequência, particularmente nos últimos anos, como respostas do capital à crise dos anos 60/70, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, por meio do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos aprimoradores do binômio taylorismo-fordismo, em que se destaca, para o capital, especialmente, o Toyotismo. Essas transformações, decorrentes, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, afetaram fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical e operário. Fundamentalmente, essa forma de acumulação flexível necessita da adesão de fundo, por parte dos trabalhadores, que devem aceitar integralmente, e se possível ativamente, o projeto do capital. Procura-se uma forma de “envolvimento manipulatório” (Antunes, 1998) levado ao limite, com o qual o capital busca erigir o consentimento e a adesão dos trabalhadores no interior das empresas, para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo os fundamentos exclusivos da acumulação (Antunes, 1998, 2000; Bihl, 1998; Gounet, 1992; Harvey, 1996).

Assim, ao mesmo tempo em que se observa uma crescente redução do operariado fabril, assistimos – por consequência – a um estratosférico incremento no número de trabalhadores informais, subcontratados, terceirizados etc. A classe trabalhadora assumiu uma *nova complexidade*: com a desproletarização industrial convivendo com a proletarização no setor terciário e com modalidades diversas de subproletarização; diferentemente *heterogênea e fragmentada*, graças à desconcentração do contingente operário efetivada pela horizontalização e terceirização produtivas. No conjunto dos países industrializados, assiste-se a uma mudança na distribuição dos trabalhadores entre os três setores da economia. Cai significativamente o percentual de trabalhadores empregados na agricultura e na indústria, e cresce o chamado setor terciário (Antunes, 1998, 2000; Bihl, 1998; Harvey, 1996). No contexto dos países capitalistas periféricos, pode-se observar também a diminuição do percentual de trabalhadores empregados no setor primário e o aumento no setor terciário. Criou-se, de um lado, em

escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional”, resultado da “especialização flexível” em curso, e, de outro lado, uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural. Assim, assiste-se à divisão – cada vez mais acentuada – entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc., o que dificulta a construção de uma identidade classista e contribui para obstaculizar a solidariedade de classe, enfraquecendo as formas de luta e organização dos trabalhadores.

Ressaltamos que, para nossa perspectiva, não estamos diante de um fenômeno inédito. As classes não são estanques ou monolíticas. Constituem antes, resultado das relações sociais e são - como sempre foram - atravessadas por conflitos que asseguram em seu interior uma importante diversidade de representações, interesses e organização política. Assim concordamos com Bensaid (1999), para quem a noção de classes sociais em Marx não é redutível nem a um atributo de que seriam portadoras as unidades individuais que a compõem, nem à soma dessas unidades: ela é algo diferente. É uma totalidade relacional e não uma simples soma. Assim, não há em Marx ou Engels, uma descrição ou definição normativa do que seja classe social, não há uma espécie de classificação sociológica que tenda a estratificar de forma estanque indivíduos no interior de uma ou mais classes.

Situamo-nos dentre os que percebem que a evidente heterogeneidade das classes sociais não é um atributo exclusivo da contemporaneidade. Marx e Engels também se debateram contra essa dificuldade. A leitura atenta de *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 2010), *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* (Marx, 1982) e de *Las luchas de Clases em Francia de 1.848 a 1.850* (Marx, 1972) nos remetem necessariamente à percepção da heterogeneidade que sempre marcou a materialidade das classes, tanto objetiva quanto subjetivamente. Ademais, ao tratar da realidade italiana, Gramsci (1978, 2000) dá ao conceito de classes uma dimensão dinâmica, entendendo-o não só como resultado de lutas econômicas, mas igualmente resultado de conflitos políticos e culturais, como uma variável decisiva no processo de construção e desconstrução de hegemonias. No mesmo sentido, a imponente obra de doze volumes: *A História do Marxismo* organizada por Eric Hobsbawm², nos permite

² Hobsbawm, 1979 a 1988.

demonstrar com clareza, o quão diversa é a classe trabalhadora quando de sua organização e expressão política. Assim, a leitura que percebe classes sociais como um conceito estanque, monolítico e definido exclusivamente a partir da posse ou não dos meios de produção nos parece exterior ao debate construído acerca das classes sociais no seio do pensamento marxiano, Engelsiano; ou num flagrante empobrecimento e reducionismo economicista das complexas percepções acerca das classes sociais construídas e, felizmente, continuamente repensadas no interior do marxismo. Devemos, portanto, perceber que as transformações em curso nada tem de ineditismo. De forma que, a propalada heterogeneidade da classe trabalhadora – agora entendida como tão profunda que impediria sua utilização conceitual – é antes de qualquer coisa uma característica intrínseca ao próprio conceito. Em nossa visão, não seria outra a perspectiva de Marx em vários momentos de sua produção teórica. Assim concordamos com Badaró para quem

Relacionando as classes ao processo de divisão social do trabalho, Marx e Engels procuravam esclarecer os fundamentos da estrutura social no capitalismo. Demonstrando que a classe, como fenômeno social, só se constituía em oposição aos interesses de outra(s) classe(s) e, portanto, tomando consciência de seu lugar social – o que podia ser o ponto de partida para um projeto político de transformação –, buscavam estabelecer as bases de uma teoria da dinâmica social, afirmando claramente o papel central da luta de classes, termo que não inventaram, pois que já era empregado pelos analistas conservadores da revolução francesa. É nesse sentido que o Manifesto Comunista irá definir: a História de toda a sociedade até hoje é a História de luta de classes. A associação entre os conceitos de classe e luta de classes tornava assim passíveis de compreensão tanto os fundamentos da divisão econômico-social das sociedades capitalistas, quanto a natureza do conflito social característico da maior parte da história das sociedades humanas. (...) Marx retomaria a questão em suas investigações sobre a França, em especial n' *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Naquela obra, o estudo das classes, confrontado com um caso concreto, ganhava muito mais cores. A análise opera por um contínuo deslocamento do terreno da luta parlamentar-partidária, para o terreno da luta de classes, sem reducionismos, visto que, além da burguesia e do proletariado, Marx localiza na cena política os camponeses, os proprietários fundiários, a pequena burguesia, o lumpem-proletariado e mesmo o

papel dos estratos burocráticos e de instituições como a Igreja, montando um tabuleiro complexo e mutável conforme os embates eram polarizados pelas posições antagônicas das classes sociais fundamentais, em uma conjuntura revolucionária (BADARÓ, 2007, p. 35).

Não se observa, portanto, apenas um processo de mudanças econômicas e tecnológicas; mas, também não estamos diante de uma mera, livre e mecânica readequação comportamental. Os críticos que procuram identificar o marxismo como um reducionismo economicista operam o mesmo raciocínio, só que inversamente. Se, pretensamente, acusam Marx e os marxistas de se utilizarem da divisão técnica do trabalho como um conceito acima de quaisquer outros, fazem o mesmo ao apresentarem as novas tecnologias informacionais como responsáveis pela emergência de uma multifacetada, indefinida e 'inclassificável' realidade. Numa palavra, submetem a complexidade do real aos ditames de uma noção metafísica da tecnologia. Essa ênfase nos processos tecnológicos, desvinculados da totalidade social que os emoldura e das relações políticas e culturais que provocam e que se permitem ser provocadas, acaba por balizar uma perspectiva teleológica que submete o complexo ao disfarce de fragmento; incorrendo numa nova postura fetichizadora da técnica e do progresso. É preciso precaução. No interior de processos de transformações em curso, análises e conclusões precipitadas parecem indicar como modelo explicativo uma perspectiva ainda mais pobre que aquela que afirmam combater.

Acentuada a tendência de heterogeneização das classes trabalhadoras iniciada pelo Fordismo, corroem-se as possibilidades de construção de um contra projeto de hegemonia, pois o processo de heterogeneização dificulta o estabelecimento de ações de resistência por parte dos trabalhadores. Reforça-se, assim, o argumento gramsciano de que as inovações tecnológicas e o paradigma de organização e gerenciamento da produção constituem alterações objetivas de uma dada realidade produtiva, mas, ao mesmo tempo, exibem-se como o fundamento da visão de mundo e a forma densa do projeto político das classes dominantes; logo, estratégia de hegemonia. A hegemonia somente se consolida se, se fizer violência e persuasão.

Assim, o novo padrão de relações sociais de produção possui a capacidade de enfraquecer consideravelmente as organizações de combate operárias, reorganizando-as, e incorporando-as – tanto quanto possível – ao novo modelo. Concomitantemente ao ato de reprimir, era necessário produzir um novo trabalhador, um novo

homem, mais afeito aos emergentes métodos produtivistas. Assim, parece-nos claro

que para romper o economicismo é necessário negar que qualquer modo de produção (capitalismo, feudalismo, socialismo, etc.) possa ser entendido como um sistema de leis econômicas possuidoras de uma mecanicidade absoluta. Todo bloco histórico se constitui, necessariamente, por rupturas com as formas anteriores e se atualiza permanentemente (cf. a luta de classes). Assim, tanto as dores do parto do capitalismo (sofrida especialmente por seus adversários) quanto o processo de permanente (mas não infundável) crescimento exigem a atualização/transformação das condições histórico-concretas (os diversos modos de produção e suas articulações nas formações sociais sempre originais e atualizáveis, ou seja, a história). É na sua dinâmica, enquanto dominância no interior das formações sociais, que se faz, ao capitalismo, necessário destruir uma racionalidade (a feudal) e impedir outra (a socialista).

A política, forma sempre atual das contradições classistas, faz-se história. Para permitir o famoso avanço das atuais transformações, o capitalismo precisa limitar a possibilidade histórica de seus antagonistas. E o faz desde a repressão aberta (em especial sobre os países mais periféricos e pobres) até a limitação da própria cidadania capitalista. (...) Ele não pode viver com a diferença máxima (a referida autonomia) embora procure cada vez mais ampliar os elementos de fragmentariedade e diversificação das classes. (...) O elemento heurístico central reside, pois, na constituição das classes sociais (Dias, 1997, p.12).

Mesmo quando não atingem um estágio de enfrentamento classista aberto, as lutas das classes subalternas (ainda que pela imediata capacidade de reproduzir-se) colocam em xeque a permanência das relações capitalistas de produção, e são sempre, em alguma medida, limitações subjetivas à objetiva necessidade do capital de ampliar-se continuamente. Desse modo, o papel a ser exercido pela força de trabalho desempenhava a centralidade na definição dessas transformações.

Gounet (1992) demonstra que a General Motors, diante da ameaça japonesa que nos anos 70 do século passado ganhava fatias cada vez mais consideráveis do mercado mundial e em particular do mercado estadunidense, dá início em 1975 à

introdução dos círculos de qualidade, mas desvinculados da concepção de gestão que os anima na terra do sol nascente. O resultado esperado não é alcançado. Em 1979, a indústria automobilística americana é particularmente afetada por uma nova crise recessiva, o que faz a GM viver sua primeira crise deficitária desde 1921. Buscando vencer os japoneses, a empresa estadunidense promove uma introdução arrojada de novas tecnologias, especialmente a robótica. Em 1981, a GM enfrenta o auge da recessão e ainda visualiza que a produção de *subcompacts* em território estadunidense ficaria pelo menos 2 mil dólares mais cara do que os produzir em território japonês. Sem poder abrir mão desse nicho de mercado, o qual era responsável pelo maior volume de negócios e, por conseguinte, pela hegemonia no mercado mundial, a GM decide consolidar o Projeto SATURN, levado a cabo em 1983. Resolve, então, investir 5 bilhões de dólares na construção de uma fábrica em *Spring Hill – Tennessee*, especificamente para a produção de um novo modelo de *subcompact*.

O projeto baseia-se em três princípios fundamentais. Inicialmente, apoiando-se no modelo japonês, substitui a linha de montagem (um trabalhador/uma tarefa) pelo trabalho em equipe pautado no *just-in-time* (uma equipe/um sistema – de máquinas, processos ou tarefas). Intensifica-se a subcontratação e a terceirização, de forma a reduzir a massa de salários, assegurando rentabilidade máxima ao *just-in-time*. O segundo princípio refere-se à absolutização tecnológica do processo produtivo, “é o esboço da fábrica do futuro, com linhas de produção inteiramente automatizadas e uma completa integração dos equipamentos sob a égide da informática” (Gounet, 1992, p.37). Por fim, o projeto envolve, desde o início, a participação do sindicato United Automobile Workers (UAW - Trabalhadores Automobilísticos Unidos), que participa de todo o processo de gestão da produção. Numa palavra, o Projeto Saturn consistia num programa de qualidade que tinha por objetivos evitar a concorrência e sobrepor-se ao modelo japonês justamente em seu ponto forte: a produção de veículos pequenos e de baixo preço. Roger Smith, presidente da GM, afirma abertamente que “o Saturn é a última chance de produzir carros pequenos em território americano”³.

Em 1986, realiza-se o primeiro balanço acerca dos resultados obtidos pela “fábrica do futuro” e percebe-se que os impactos esperados redundaram em nova frustração. A GM havia

³ Smith, R. (1986) The 21st century corporation. *International Journal of Technology Management*, n. 1-2.

Apud Gounet, T. (1992) *Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel*. São Paulo: Boitempo, p. 37.

perdido 10% do mercado dos Estados Unidos, encolhendo sua participação de 46% em 1979 para 36% em 1987. E o pior, afirma Gounet que

nesse meio tempo, gastou 60 bilhões de dólares em tecnologias supersofisticadas. Enquanto no outro extremo dos Estados Unidos a Toyota, sem usar robôs suplementares, fez da Nummi uma das unidades mais produtivas do grupo (Gounet, 1992, p.38).

Segundo o mesmo autor, tais resultados levaram a direção da GM a uma séria reflexão acerca do uso de novas opções tecnológicas, em particular da robótica, que encaminhou para as seguintes conclusões. A robótica isoladamente é:

- Pouco confiável: a alta tecnologia frequentemente entra em pane, é o que acontece em Hamtrack (Michigan) e em Buick-City (Flint, Michigan), duas jóias industriais que não funcionam; em Buick-City, os robôs que instalam os pára-brisas dos veículos muitas vezes os abandonam sobre o assento dianteiro, isso obriga a fábrica a usar trabalhadores manuais para a operação.
- Pouco flexível: se a produção baixa, o robô permanece na cadeia e custa caro.
- Muito dispendioso de maneira geral: o programa da GM está em xeque.
- Requer uma mão-de-obra mais qualificada, que é preciso formar. (Gounet, 1992, p.39).

Por tudo isso, a GM decide abandonar o Projeto Saturn e começa a assumir uma nova estratégia, da qual emerge a compreensão – agora definitiva - de que “as transformações organizacionais devem preceder as mudanças tecnológicas para serem realmente eficazes” (Gounet, 1992, p.39). É nesse sentido que percebemos que, sem o envolvimento do trabalho vivo com o projeto do capital, a robótica não dá conta de criar valor novo.

É por isso que a reestruturação produtiva sem uma forma de gestão que estimule – coercitivamente ou não – o envolvimento e a participação dos assalariados torna-se um mecanismo estéril do ponto de vista da reprodução ampliada do capital. Podemos, portanto, vislumbrar que o capital não prescinde da força de trabalho, tendo ao contrário que envolvê-la, capturando-a e subalternizando-a. Assim, deve-se responsabilizar os trabalhadores da empresa por incrementos na

produtividade, envolvimento com o projeto patronal, flexibilização e diversificação da produção, controle de qualidade e satisfação do cliente. Além disso, faz-se necessário neutralizar as ações do sindicato da categoria, substituindo o paradigma de organização sindical existente – o sindicato combativo, ainda que de natureza reformista – em favor de uma nova forma de atuação sindical, em que empresa e sindicatos devem formar uma equipe, ser parceiros na luta pela produtividade, reféns dos mesmos interesses⁴. Aqui a civilização do automóvel inaugura uma nova fase, em que toda inovação na gestão da força de trabalho e do processo produtivo demanda e produz, instantaneamente, mudanças no plano da subjetividade. Como no Fordismo, a hegemonia nasce novamente da fábrica e por meio dela. Mundializa-se, então, um novo modelo produtivista, e está aberta a necessidade de reorganizar a hegemonia burguesa⁵. Para se tornar hegemonia, os valores e ideais que emergem da produção precisam articular-se sob a forma de um discurso coerente acerca do mundo, precisam dar origem a uma teoria total acerca das relações humanas. Imbricar-se no cotidiano dos trabalhadores. Reformar seus costumes, remodelar seus hábitos. Instituir novos sinais de *status quo*, novos símbolos de ostentação. Reorganizar e ressignificar práticas sexuais, atividades de lazer, hábitos de consumo. Cunhar um novo vocabulário. Universalizar uma visão de mundo, um projeto de classe (ou de frações de uma classe social). É o próprio Marx quem nos adverte de que

A fome é a fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, comida com faca e garfo, não é a mesma fome que come a carne crua, servindo-se das mãos, das unhas, dos dentes. Por conseguinte, a produção determina não só o objeto de consumo, mas também o modo de consumo, e não só de forma objetiva, mas também subjetiva. Logo, a produção cria o consumidor (Marx, 1977, p.220).

Noutra célebre passagem, o autor afirma:

As premissas de que partimos não constituem bases arbitrarias, nem dogmas; são antes bases reais. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento quer das que ele

⁴ Nota-se, expressivamente, que é o trabalho humano, organizado sob a forma de equipes de trabalho, o fundamento dos ganhos de produtividade auferidos pela aplicação do Toyotismo, e não o potencial tecnológico.

⁵ O teor dessa fala remete-nos à concepção segundo a qual se a hegemonia nasce na fábrica, ela absolutamente não se esgota nela Gramsci (1978).

próprio criou. Estas bases são, portanto, verificáveis por vias puramente empíricas.

A primeira condição de toda a história humana é evidentemente a existência de seres humanos vivos. O primeiro estado real que encontramos é então constituído pela complexidade corporal desses indivíduos e as relações a que ela obriga com o resto da natureza. Não poderemos fazer aqui um estudo aprofundado da constituição física do homem ou das condições naturais, geológicas, orográficas, hidrográficas, climáticas e outras, que se lhe depararam já elaboradas. Toda a historiografia deve necessariamente partir dessas bases naturais e da sua modificação provocada pelos homens no decurso da história.

Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. A forma como os homens produzem esses meios depende em primeiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir; mas não deveremos considerar esse modo de produção deste único ponto de vista, isto é, enquanto mera reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide, portanto, com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto das condições materiais da sua produção. Esta produção só aparece com o aumento da população e pressupõe a existência de relações entre os indivíduos. A forma dessas relações é por sua vez condicionada pela produção (Marx & Engels, 1993, p. 20).

É assim que uma das frentes de que o capital contemporaneamente se utiliza para “absolutizar” seus valores e interesses, “universalizando” sua visão de mundo – nunca de maneira absoluta, encontrando sempre e ostensivamente resistências – pode ser percebida na disposição atual das classes dominantes de constituir os mais variados aparelhos privados de hegemonia.

Compreendemos a atual reestruturação produtiva em geral e sua particular experiência no interior do grupo ALGAR como uma forma extrema

de revolução passiva e de regulação das relações sociais (Gramsci, 1978). Como processo de organização e gestão da produção e da força de trabalho, busca rearticular o mundo da produção, ao mesmo tempo em que rearticula e reconfigura, sob novos parâmetros, a totalidade social. O controle do capital sobre a extração de mais-valia só pode se dar ao legitimar-se socialmente. E tal legitimidade implica sempre – embora nunca se dê totalmente – no consentimento e na adesão das classes à nova forma de ser, desde seu nascimento, expressa como totalidade social e não apenas como realidade econômica. Efetivamente, uma nova hegemonia nasce na fábrica, e, desde seu primeiro gesto, faz-se acompanhada por uma moral dos produtores, uma ética do trabalho, determinadas relações sociais, uma forma de produção e uma forma de consumo, determinadas rotinas e certas idiosincrasias. Projeta-se e prolonga-se sobre o mundo da vida. Faz-se linguagem, instaura novos gestos e comportamentos. A nova estrutura produtiva constitui a forma densa da totalidade social. O capital, relação social necessariamente histórica, recompõe-se e fortalece-se lançando mão de todos os instrumentos disponíveis – econômicos, sociais, culturais e políticos – para atualizar a produção capitalista diante das novas configurações econômicas, sociais e políticas. Assim, num processo de recomposição, logo revolução passiva, é que as classes dominantes podem reafirmar-se como classes dirigentes, tornam-se politicamente hegemônicas. É, concomitantemente, uma força política destinada a mediar a organização e a ação das classes sociais, tanto quanto possível, rumo à sua passivização. Numa palavra, apresenta-se como reorganização econômica, social e política das estratégias e da dominação capitalistas em momentos de crise orgânica e diante da necessidade de reorganizar sua hegemonia, reequilibrando politicamente uma nova situação de forças entre as frações da classe dominante.

Assim, da mesma maneira que Gramsci (1978) identificou o Americanismo como uma concepção política de fábrica e, ao mesmo tempo, como uma concepção econômica da política, também percebemos a atual reestruturação produtiva. Emergindo dos interesses burgueses, diante de uma situação de crise orgânica do capital e da recomposição do poder de organização e da força política dos trabalhadores em meados do século passado, busca-se uma nova concepção de produção, que possa permitir superar, ainda que temporariamente, as ameaças econômicas e políticas. Como demonstraremos, além de constituir eficiente instrumento econômico, atualizando a produção capitalista diante de novos desafios, constitui, também, sobretudo e

concomitantemente, poderosa arma política contra os trabalhadores, suas entidades de classe e suas representações. Em nosso entendimento, a “nova” concepção produtiva fratura ainda mais a solidariedade entre os trabalhadores. Aprofunda a heterogeneização deles, tornando-se instrumento indispensável para dilacerar a já fragilizada hegemonia operária no interior dos assalariados, alargando as possibilidades de alianças entre a direção econômica e cultural e os grupos subalternos. Afinal, é esse o significado da atual forma hegemônica assumida pela organização política dos assalariados, quando ela ainda existe: o sindicalismo por empresa e de parceria. Está em curso o fortalecimento político da concepção econômica do mundo, tal como redesenhada pela produção flexível, por meio da subsunção formal e material dos assalariados, mediada e premiada por instrumentos cada vez mais intangíveis, mais simbólicos que econômicos.

Nesse sentido, a hegemonia burguesa tem se fortalecido por meio da dialética realização da concepção flexível da produção: a reificação do produtor por meio da intensificação da exploração da força de trabalho tornada polivalente (parcelamento/especialização conjugados com o apelo a um contínuo alargamento de seu escopo através do gerenciamento, por parte dos trabalhadores, de um conjunto cada vez maior de tarefas) e a emergência de um mundo do consumo cada vez mais customizável⁶ e diversificado, buscando atender a nichos de mercado específicos. A produção diversificada constitui uma das variáveis mais visíveis da nova configuração produtiva e, em muitos momentos, é apresentada como evidência de uma suposta “desfordização” da produção. Em nossa compreensão, ela é e não é desfordizante, ao mesmo tempo. Com efeito, é absolutamente indispensável para sua viabilização que se rompa com a definição fordista de para cada trabalhador uma tarefa. Contudo, isso não significa necessariamente desespecialização. Como veremos, com o avanço da automação, da microeletrônica, da robótica e das TIC’s; aprofunda-se o processo de automatização da produção. Parcelas, cada vez maiores, do saber fazer dos trabalhadores assumem a fetichizada forma dos autômatos ou de dados. Alcançando etapas cada vez maiores da produção, o desenvolvimento das forças produtivas permite e exige que os trabalhadores assumam uma posição de gerente de processos, não mais de especializados executores de gestos simples e repetitivos. O desenvolvimento

tecnológico insere, pois, fraturas na antiga configuração do trabalho, colabora com a nova heterogeneização da classe trabalhadora e é decisivo no processo de desconstrução, ainda mais profundo, da hegemonia operária no interior dos assalariados. Ademais, configura uma totalidade social capaz de alimentar continuamente desejos de consumo cada vez mais particulares. É como se o individualismo, concepção fundante da economia capitalista, agora assumisse uma forma concreta que lhe empresta coerência: um mundo de indivíduos, que permanecem indivíduos no mundo do consumo e, por conseguinte, no mundo da vida; o que faz com que, dificilmente, percebam-se como classe ou sujeitos políticos. Estão aprisionados pelas “liberdades individuais”, incapazes de – efetiva e temporariamente – firmarem-se como protagonistas históricos. O individualismo mostra-se tão coerente que, amplificado pelas novas tecnologias produtivas e comunicacionais, parece alcançar níveis outrora inimagináveis. Coerentemente, remodelam-se discursos e práticas. Emergem da nova realidade social relações resultantes do isolacionismo (exercitado, mediado e permitido pelas novas tecnologias) e do individualismo. A Literatura corrente define sob a forma da autoajuda. A religiosidade assume a forma fetichizada do neopentecostalismo. Imersos em redes sociais cada vez mais fictícias, finge-se o contato onde existe a mais frenética solidão. Seus efeitos, econômicos e políticos, repercutem sobre a atual configuração das lutas entre as classes e ecoa na academia. Em nossa visão, as teorias que afirmam a inexistência da centralidade do trabalho (Friedmann, 1981, 1972) (Gorz, 1982) (Lazzarato & Negri, 2001), tomam o efeito como se fosse o processo.

É nesse sentido que orientamos nossas reflexões, especialmente com o intuito de compreender e explicitar qual a dimensão ideológica e o projeto classista subjacente às estratégias de convencimento, cooptação e envolvimento dos trabalhadores nos processos de desregulamentação das relações e das condições de trabalho. Num primeiro momento, nosso olhar dirige-se para os meios disponíveis e utilizados pelo capital para a construção da subalternidade do trabalho, inclusive em suas formas não manuais (correntemente apresentadas como criativas e menos sujeitas ao controle), agora experimentadas como possibilidade graças ao gigantesco desenvolvimento de novas tecnologias, em particular a automatização e a microeletrônica. Mas

horizonte de produzir para cada consumidor. Ainda que seja, por ora, totalmente inatingível, a simples existência enquanto desejo é, por si mesma, significativa.

⁶ Neologismo criado a partir da expressão inglesa *customers*, literalmente consumidores. Designa uma produção tão diversificada e flexível que aponta para o

isso não significa que afirmamos a inexistência de resistências, ou o fim da história. Tampouco afirmamos uma heteronomia dos trabalhadores que os torne incapazes de perceber os compromissos, interesses e objetivos classistas subjacentes à flexibilização da produção. Não nos restam dúvidas de que tais processos constroem-se mediados e limitados pelos interesses, pela adesão ou pela resistência dos trabalhadores, que no limite ressignificam, sabotam, constroem resistências – ainda que capilares. Só podemos compreender o significado de um texto se dominarmos o código e os símbolos que lhe emprestam sentido e coerência, de forma que, contribuir para a compreensão da “ortografia” do capital em sua fase atual pode nos permitir superar as – até aqui – “desortográficas” e contingentes respostas construídas pelos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos demonstrar como uma nova situação de crise estrutural vivenciada pela fração produtiva do capital – colocada tanto objetiva quanto subjetivamente –, ao inserir fissuras sobre o equilíbrio existente entre os dominantes, coloca a necessidade de remodelar o paradigma fordista de organização da produção. Inicia-se um novo processo de revolução passiva, em que serão aprofundados os conteúdos do produtivismo, ainda que sob novas estratégias e formatação. O processo ainda conta com a absorção de parte das demandas e críticas dos subalternos à especialização fordista e sua consequente apropriação pela concepção de mundo dos dominantes.

Esse rearranjo segue os imperativos ditados pela necessidade de redução de custos, aumento da eficiência e contínuos incrementos na produtividade, amplificada e tornada essencial pela conjuntura de financeirização da riqueza, pela edificação do modelo neoliberal de Estado e pela intensificação das lutas sociais. As medidas efetivadas procuram estabelecer um novo desenho para a produção. Diante de uma demanda regressiva e de um crescimento retardado, edifica-se a concepção de fábrica mínima, para assegurar – dentro dos limites objetivamente traçados – produtividade e eficiência máxima. Flexibilizando os processos produtivos, insere-se um mecanismo remodelador do metabolismo e da reprodução do capital e, por isso mesmo, da totalidade social. Incremento tecnológico, horizontalização da produção, imposição de multifuncionalidade e polivalência ao trabalho passam a ditar o ritmo da produção e elevam continuamente os níveis planetários de desemprego.

O enjugamento das atividades produtivas torna-se uma obsessão, e a eliminação dos tempos mortos, um imperativo. Destaque deve ser conferido às terceirizações, pois, combinando-se esse expediente com o trabalho em equipe, destroem-se postos de trabalho, intensifica-se o ritmo de trabalho, eleva-se a produtividade. A intensa presença de tecnologias, especialmente a informática, aumenta o grau de controle – ao erigir um novo patamar de fiscalização, mais impessoal, por isso, menos passível de combate – e aprofunda o aprisionamento dos conhecimentos e das soluções criativas criadas pelos trabalhadores nas mãos da empresa. Reduzem-se, assim, as porosidades dos processos e das rotinas produtivas. O capital exacerba sua destrutividade, por isso mesmo precisa submeter o trabalhador como nunca dantes. A hipertrofia das condições de exploração o exige, e aqui a menor resistência imporá limites à produção capitalista. Moldar a subjetividade do trabalho passa a ser a condição para viabilizar as estratégias flexíveis de produção no projeto hegemônico da acumulação flexível. A produtividade máxima só pode ser alcançada se envolver os trabalhadores com o projeto do capital, aprofundando sua subsunção formal e material.

Assistimos, pois, ao contínuo aprofundamento das características fundamentais do capital como relação social, e as possíveis alterações em sua forma resultam de sua consonância às novas condições conjunturais. Sob qualquer ângulo que se olhe a reestruturação produtiva, distante de negar o Fordismo, o aprofunda e atualiza. Podemos demonstrar que até nos aspectos que parecem antitéticos há um fundamento de continuidade.

Todo o processo estudado é ainda muito recente, e seus mecanismos e impactos ainda não se desenvolveram por completo, entretanto fissuras e contradições já se mostram. A dialética realiza-se, e a ameaça de colapso paira sobre o modelo. Visando à máxima produtividade, o capital instrumentaliza um conjunto de medidas que atuam no sentido de configurar uma situação regressiva na produção da riqueza, o que volta a pressionar as relações produtivas em direção à redução de custos. Os mecanismos então desenvolvidos são aprofundados, e suas consequências continuamente amplificadas. A flexibilidade não pode se estender ao infinito, e seu estrangulamento – já enunciado – ditará o ritmo da decadência da acumulação flexível.

Contudo, o processo não se dá, exclusivamente, conforme os interesses do capital. Os trabalhadores constroem resistências e tensões – ainda que capilares e acometidas por intenso individualismo – que constroem o processo,

obrigando-o a realizar certas concessões ou a rever o conjunto de seu movimento. As lutas de classes continuam a ditar o rumo da história, e este está aberto e é sensível à ação e à intervenção dos homens: pode ser alterado ou mantido, recriado ou confirmado. Continuamos sob a égide da história. Assim, é possível reconstruir as condições para a retomada da rebeldia do trabalho em relação ao capital, minando os estrangulamentos objetivos impostos à subjetividade dos trabalhadores pela generalização do desemprego, da miséria e da desigualdade, mas também – e concomitantemente – devolvendo a força da crítica e da utopia à leitura que os trabalhadores constroem do mundo; dessubordinando formalmente o trabalho, pelo combate sistemático à concepção de mundo dominante via elaboração de um projeto de contra hegemonia, para poder reescrever um projeto de transformação social. A história dá-nos continuamente a possibilidade da transformação, e a existência de constrangimentos objetivos à ação coletiva dos trabalhadores não é exclusividade da contemporaneidade. Se tais constrangimentos têm sido aprofundados, também se aprofundaram as contradições que os erigem. O primado do real não pode se confundir com o “realismo político”, sob pena de, mais uma vez, a alternativa histórica definir sob o jugo do mecanicismo.

Assim, inúmeras questões colocam-se ao olhar e exigem acurado tratamento. É preciso estudar as condições objetivas em que se encontram os que trabalham e responder: quem eles são? Quantos são? Como vivem? Como é sua rotina de trabalho e seu, não menos rotineiro, tempo liberado? Visitá-los, conhecer suas moradias, seus esconderijos, seus jeitos, manias e idiosincrasias. Percorrer com eles o caminho até o trabalho, ficar a seu lado durante a jornada, voltar para casa com eles. Mas é preciso fazer mais. Entender seu consumo, descobrir suas privações. É preciso auscultar atenciosamente seus costumes e crenças, conhecer seus deuses e vilões. Observar seus desejos, seus sonhos, seu vocabulário. Ouvir sua fala e ousar construir a arqueologia do silêncio. É preciso entender como eles se veem, como veem o mundo, como o explicam e o que não conseguem entender. Urge permitir a eles o protagonismo, a iniciativa; construir o deslinde acerca da atual configuração das classes sociais, entendendo-a como uma totalidade relacional, sempre pensada a partir das relações conflituais com outras classes. Permitir a afirmação da política como antídoto contra a ideologia.

REFERÊNCIAS

- Abreu, A. R. de P; Sorj, B. (org.). (1993) *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo.
- Alves, G. (1999) *Trabalho e mundialização do capital – a nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Praxis.
- Alves, G. (2000) *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo.
- Amorim, H. (2009) *Trabalho Imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. São Paulo : Annablume; FAPESP.
- Antunes, R. (1998) *Adeus ao trabalho? – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Cortez.
- Antunes, R. (1999) *Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Badaró Mattos, M. (2007) *Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual*. Revista Em Pauta, nº20, pp.33-55.
- Bensaid, D. (1999) *Marx o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bihl, A. (1998) *Da grande noite à alternativa – o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo.
- Boito Júnior, A. (1996) *Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil, Crítica Marxista*, n. 3, BOITEMPO : São Paulo, p. 80-105.
- Chesnais, F. (Coord.). (1996) *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- Chesnais, F. (1998) *Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica*. In: CHESNAIS, F. (Coord.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã.
- Coriat, B. (1994) *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ.
- Coriat, B. (1993) *Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto*. In: HIRATA, Helena (Org.). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Edusp.
- Dejours, C. (1993) *Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações*. In: _____. *O indivíduo na organização*. São Paulo: Atlas, v.1.
- Dejours, C. (1987) *A loucura no trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Oboré/Cortez.
- Dias, E. F. (1997) *A liberdade (im)possível na ordem do Capital: Reestruturação produtiva e passivização*. Textos Didáticos n. 29, IFCH: UNICAMP.
- Engels, F. (2010) *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- Faria, M. da G. D. (2001) *Terceirização: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo.

- Ferraris, P. (1990) *Desafio tecnológico e inovação social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Friedmann, G. (1981) *O Futuro do Trabalho Humano*. Lisboa: Moraes.
- Friedmann, G. (1972). *O Trabalho em Migalhas*. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (2001) *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Editora Vozes : São Paulo.
- Gounet, T. (1992) *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo.
- Gorz, A. (1982) *Adeus ao proletariado – para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense.
- Graciolli, E. J. e Toitio, R. D. (2009) *A Responsabilidade Social Empresarial como aparelho de hegemonia*. Lutas Sociais, UEL-Londrina, nº 21/22, p.166-178. ISSN 1415-854X.
- Gramsci, A. (1978) *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gramsci, A. (1978) *Americanismo e Fordismo*. In: GRAMSCI, A. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gramsci, A. (1982) *Os Intelectuais e a organização da Cultura*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.
- Gramsci, A. (1988) *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (2000) *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3
- Gramsci, A. (2001) *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.4
- Gramsci, A. (2006) *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 2
- Harvey, D. (1996) *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Hirata, H. (Org.) (1993) *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Edusp.
- Hobsbawm, E. (1988) *História do Marxismo*. Paz e Terra, 12 vol.
- Kurz, R. (1992) *O colapso da modernização (Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Lima, C. D. (2005) *Empresa Rede: a Reengenharia da Hegemonia Burguesa*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Edilson José Graciolli.
- Lazzarato, M e Negri, T. (2001) *Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Marx, K. (1972) *Las luchas de clases em Francia de 1848 a 1850*. Buenos Aires: Polemica.
- Marx, K. (1977) *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes.
- Marx, K. (1978) *O capital, Livro I, Capítulo VI (inédito)*. Livraria Editora Ciências Humanas : São Paulo.
- Marx, K. (1982) *Os 18 de brumário de Louis Bonaparte*. Obras Escolhidas, vol. 1. Moscou: Progresso; Lisboa: Avante.
- Marx, K. (1985). *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas. v. I, tomo 1 e 2.
- Marx, K. (1991) *O capital: o processo global da produção capitalista*. 6ª.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Livro III.
- Marx, K. e Engels, F. (1993) *A ideologia alemã (I - Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec.
- Marx, K. e Engels, F. (1998) *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Paz e Terra.
- Mészáros, I. (2002) *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Offe, C. (1989) *Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: _____*. *Trabalho & sociedade*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro. v.1
- Ohno, T. (1989) *L'espirt Toyota*. Paris: Maçons.
- Paranhos, A. P. (1999) *O roubo da fala: origens do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Rebecchi, Emílio. (1990) *O Sujeito Frente à Inovação Tecnológica*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Silva, S. S. E. (2003) *Reestruturação produtiva, estrutura sindical e neoliberalismo: o sindicalismo sitiado diante do binômio desemprego/precarização*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia.
- Taylor, F. W. (1953) *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas.
- Tude de Souza, A. (1992) *Sobre o Americanismo e Fordismo de Antonio Gramsci*. Textos Didáticos n. 5, IFCH: UNICAMP.